

LEITURA PÚBLICA



- JOAQUIM PORTILHEIRO
- HENRIQUE BARRETO NUNES
- CECIL GUITART
- ANTÓNIO REIS
- FRANCISCO LUCAS PIRES

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

LEITURA PÚBLICA

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO
75º ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE V. N. DE FAMALICÃO

SEPARATA DO
BOLETIM CULTURAL 9
CÂMARA MUNICIPAL V. N. DE FAMALICÃO
1989

Introdução

Pela terceira vez, comemorava-se em todo o país a instauração do novo regime, sonho realizado de muitos que ansiavam ver Portugal libertado das teias da monarquia em decadência e caminhar de uma vez por todas no sentido do progresso e do desenvolvimento. Era o dia 5 de Outubro de 1913 e, em Vila Nova de Famalicão, as comemorações da República assumiam um carácter especial com a inauguração, numa atitude simbólica que ligava a cultura à revolução, da Biblioteca Municipal. Não era de estranhar tal atitude: o mesmo grupo de homens que, nos finais do século de oitocentos e ao longo do decénio seguinte assumira a liderança da oposição republicana na pequena vila de Famalicão, detinha agora a liderança política do concelho. Na senda das preocupações culturais que haviam marcado a sua actuação nos tempos da monarquia (não esqueçamos que o senador Sousa Fernandes, primeiro Presidente da Câmara da República e director



SENADOR SOUSA FERNANDES

do semanário "O Porvir" (1), dirigira também o jornal literário "Nova Alvorada" (2), com ampla colaboração dos seus correligionários e de alguns vultos maiores da literatura portuguesa da época), tomam a peito a revolucionária legislação sobre bibliotecas produzida logo em 18 de Março de 1911 e, no decorrer do ano de 1912, iniciam uma vasta campanha de sensibilização para a doação de livros e verbas para a sua aquisição, de modo a constituir um fundo mínimo que permitisse criar uma biblioteca municipal (3).

O movimento que então se gerou foi vasto e bem recebido pela população local tendo, inclusive, encontrado eco em diversos vultos da *intelligentia* nacional da época. Destacam-se de entre as personalidades locais e nacionais que constam do rol de doadores da Biblioteca, os nomes de Alberto Pimentel, Bernardino Machado, Júlio Brandão, Manuel Monteiro, Mendes dos Remédios, Nuno Simões, Eduardo de Carvalho e, naturalmente, o próprio Sousa Fernandes (4). Ao longo de um ano de lento crescimento — semanalmente testemunhado pelo jornal "O Porvir" — constituiu-se, assim, um fundo bibliográfico de 1439 volumes, na sua maioria obras literárias, com destaque para a "Geração de 70" (Eça, Antero, Fialho de Almeida dominavam grande parte deste espólio) e para Camilo Castelo Branco, patrono da biblioteca e cujos romances e novelas integravam já, com 136 títulos, o embrião da "Camiliana" (5).

Precariamente localizada numa dependência da Câmara — a Secretaria — e com um horário de abertura ao público algo *sui generis* — das 20 às 22 horas na Primavera e Verão e das 19 às 21 horas na época fria — dedicava-se esta biblioteca fundamentalmente ao empréstimo domiciliário, correspondendo à letra da legislação que, ao pretender fomentar a leitura, preconizava a necessidade de colocar o livro à inteira disposição do leitor.

(1) "O Porvir: semanário republicano". V. N. de Famalicão, 1985-1914.

(2) "Nova Alvorada" V. N. de Famalicão, 1891-1903.

(3) A 10 de Outubro de 1912 o jornal "O Porvir" faz um apelo à doação de livros para a Biblioteca Municipal e, a partir de então, noticia com regularidade as ofertas e os nomes dos doadores.

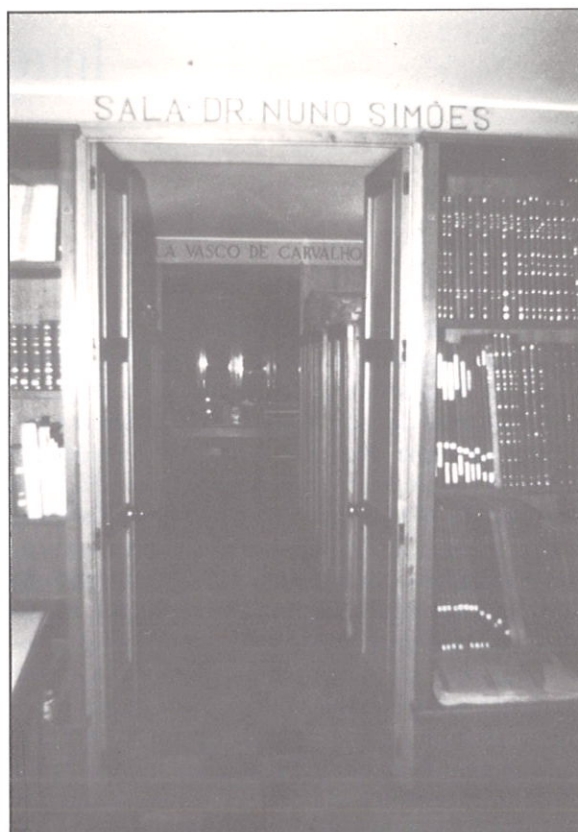
(4) A lista dos benfeitores da Biblioteca Municipal foi publicada no jornal "O Porvir" em dois números consecutivos ("O Porvir", V. N. Famalicão, 18 (296) 9 Out. 1913, p. 3; 18 (297) 16 Out. 1913, p. 2).

(5) Biblioteca. "O Porvir", V. N. de Famalicão, 18 (288) 14 Ago. 1913, p. 2.

A generosa ideia de difundir a cultura e a educação a toda a população do concelho é, aliás, patenteada pelo art.º 2.º do Regulamento da Biblioteca, segundo o qual a sua criação se deve ao "...propósito de disseminar a instrução pública por meio da leitura de livros de reconhecida utilidade...", pelo que "... tem todo o carácter público..." (6).

Com o andar dos anos, porém, a notória falta de condições de funcionamento da biblioteca — cujo carácter prioritário enquanto agente do desenvolvimento cultural do país foi paulatinamente perdendo os contornos do sonho original, acompanhando, quiçá, o declínio da I República — transformou-a num espaço rotineiro ao qual, por exemplo, em 1920, apenas recorreram 73 leitores pese embora, e segundo as estatísticas, o volume de leitura tenha sido bastante elevado (729 livros requisitados ao domicílio, 83 consultados no local) (7).

Com o Estado Novo, regido por um espírito obscurantista que, inclusivé, considerava existirem livros "perigosos" (8), a Biblioteca não viu quaisquer progressos na sua situação. Mudando constantemente de responsável — o primeiro "bibliotecário", Henrique Garcia, deixou o cargo cerca de 1934 — sem funcionários, restringida a um espaço estreito, com um nível anual de aquisições praticamente inexistente, esta instituição de cultura foi definhando na rotina de uma época cinzenta. Nos anos 60, porém, um sopro de renascimento solta-se da força e da vontade do Padre Benjamim Salgado, primeiro vereador da Cultura e depois Presidente da Câmara, homem de saber que se empenhou na renovação da Biblioteca Municipal. Para além da elaboração de um novo regulamento e de algumas tentativas de reorganização de um espólio bibliográfico com apenas 5392 volumes e, já então, bastante degradado pelo tempo, esta personalidade da cultura familiarmente empreendeu a tarefa necessária da mudança de instalações (para a actual localização, na cave do edifício da Câmara Municipal) e de enriquecimento do fundo documental pelo incentivo à doação de bibliotecas particulares. Esta iniciativa teve como resultado a oferta das bibliotecas "Vasco de Carvalho" e "Nuno Simões", doadas respectivamente em 1961 e 1968; a primeira com cerca de 3000 volumes de enorme interesse para a história local, acrescidos de um arquivo de imprensa com temática local e a segunda considerada um dos melhores e maiores (à volta de 8000 volumes) núcleos bibliográficos sobre o Brasil existentes em Portugal. Esta invejável colecção de obras de literatura brasileira foi enriquecida em 1971 com a Biblioteca "Assis Chateaubriand", oferecida



BIBLIOTECA MUNICIPAL: SALAS DR. NUNO SIMÕES E VASCO DE CARVALHO

no âmbito de uma iniciativa da embaixada do Brasil, visando distribuir diversos fundos pelo nosso país.

Após a saída do Padre Benjamim Salgado, e com um espólio bibliográfico agora considerável e exigindo um tratamento cuidadoso, a Biblioteca Municipal voltou a cair nas mãos de responsáveis eventuais, sem quadro de pessoal qualificado, a ponto de aquele ex-director desta instituição ter pensado em depositar o seu espólio na Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda, que então dirigia, a fim de garantir a sua integridade (9).

Por esta época, o movimento da Biblioteca era quase nulo — 195 leitores em 1970 — e os cerca de 13 000 volumes doados na década anterior amontoavam-se em caixotes por toda a sala de leitura (9).

Longe iam os tempos em que vultos de renome contribuíam para a constituição de um espaço de sonho e de aprendizagem que manteria abertas as portas da leitura, em que os homens mais importantes do concelho consideravam prioritária a divulgação do livro a toda a população, e todos os assuntos relacionados com a Biblioteca eram noticiados num semanário local ("O Porvir").

Ao longo dos anos 70, no entanto, e apesar de

(6) Regulamento da Biblioteca Municipal — 1913 Set. 27.

(7) Mapas enviados à Direcção Geral de Estatística — 1921 Mar. 18.

(8) Decreto 13726, de 27 de Maio de 1927.

(9) Informação recolhida junto da Sr.ª D. Maria Pimentel, responsável pela Biblioteca da Fundação Cupertino de Miranda e que, no início dos anos 70 colaborou durante algum tempo com a Biblioteca Municipal.

a desorganização dos fundos documentais e a inexistência de funcionários qualificados continuaram a impedir um normal atendimento aos utilizadores, a Biblioteca Municipal desenvolveu actividades de animação com bastante interesse, na sequência do apoio solicitado ao actual responsável pela Secção Infantil da Biblioteca Pública de Braga, Domingos Guimarães de Sá. Assim se realizaram concursos de leitura (10), exposições, palestras com autores de obras para crianças como Ilse Losa e Matilde Rosa Araújo, revelando uma capacidade de intervenção na comunidade que mais ainda realçava a falta de organização do espólio bibliográfico.

No início da década de 80, finalmente, e por iniciativa do então vereador de cultura, Dr. Agostinho Fernandes, foi contratada uma bibliotecária arquivista com as funções de organizar, classificar e revitalizar o fundo documental, devolvendo aos munícipes o direito à leitura e à informação. Sob a responsabilidade da Dr.ª Fernanda Ribeiro, foi possível então constituir um quadro técnico mínimo e lançar mãos ao processo de arrumação e organização do espólio bibliográfico segundo critérios rigorosos e adequados às suas características, permitindo facultar o livre acesso às estantes a um público cada vez mais necessitado de um serviço de leitura aberto, de contacto fácil e informal com os livros. Ao longo deste período, procedeu-se ainda à actualização dos fundos documentais, através da aquisição de bibliografia recente, quer monografias, quer periódicos, bem como do equipamento necessário ao funcionamento regular da instituição (ficheiros, fotocopiadora, material de exposições e de extensão cultural), tendo sido realizadas actividades de animação cultural que em definitivo devolveram à Biblioteca o prestígio antigo: assim foi possível apresentar uma importante exposição sobre Bernardino Machado e, no âmbito das comemorações dos 70 anos da Biblioteca, uma exposição bibliográfica e uma palestra sobre leitura pública com a participação do Dr. Henrique B. Nunes. Com este processo de renovação, em 1984 são lançadas as bases da Secção de Empréstimo Domiciliário das Lameiras, serviço fundamental de uma biblioteca que efectivamente pretende levar o livro ao leitor e que, por razões várias, só foi inaugurado em 1985.



SECÇÃO INFANTIL

(10) 1.º Concurso de Leitura Juvenil Orientada, patrocinado pelo Secretário de Estado da Juventude e Desportos e realizado em 1972. Curiosamente, e dado o estado caótico em que a Biblioteca se encontrava, foi necessário equipar a sala de livros do antigo Liceu e dotá-la do pessoal necessário para assegurar um horário de funcionamento que permitisse o acesso do público em geral.

Neste mesmo ano — a anterior responsável cessara funções em 1984 — é contratada uma nova bibliotecária, a Dr.ª Isabel Sousa, cuja actuação protagoniza o salto definitivo da biblioteca, inspirando-lhe uma filosofia de funcionamento que de uma vez por todas, a lança na senda da leitura pública. Ligando a qualidade e diversidade dos serviços prestados à necessidade de alargar o quadro técnico, começa por contratar novos funcionários, a quem é proporcionada formação profissional adequada. A secção de empréstimo domiciliário é inaugurada, nasce a Biblioteca de Jardim que, nos meses de Verão permite aos mais novos a leitura recreativa ligada à expressão plástica, é lançado o programa das “caixas-biblioteca” com livros destinados às escolas primárias e infantários, e são realizadas exposições e actividades de animação que trazem à sede do concelho escritores e figuras gradas da cultura portuguesa. Em 1987, o prestígio em poucos anos alcançado pela Biblioteca e a existência de um projecto coerente de leitura pública que contemplava, inclusive, a constituição de uma rede concelhia de



BIBLIOTECA DE JARDIM

bibliotecas, culmina com a celebração de um contrato-programa com o I.P.L.L. (Instituto Português do Livro e da Leitura) para a construção de um novo edifício, de acordo com a concepção da biblioteca como agente imprescindível do desenvolvimento cultural e da democracia, veiculada pela UNESCO (11) e assumida por aquele Instituto (12) no programa de criação de uma Rede Nacional de Leitura Pública.



COLOCAÇÃO DA 1.ª PEDRA DO NOVO EDIFÍCIO — 88 / 5 / 31

(11) *Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública*. In: *Leitura Pública, rede de bibliotecas municipais: relatório/coord.* Maria José Moura — Lisboa: S.E.C., 1985. — Anexo E.

(12) *Leitura Pública, rede de bibliotecas municipais: relatório/coord.* Maria José Moura — Lisboa: SEC, 1986.

No ano seguinte, comemoravam-se os 75 anos da Biblioteca Municipal. Três quartos de século após a sua inauguração, a Biblioteca Municipal de V. N. de Famalicão realizava o sonho dourado de uma geração que acreditava na Biblioteca como centro difusor da cultura e da educação, da informação e do lazer. Uma exposição documental sobre os 75 anos da Biblioteca, um colóquio versando temas tão candentes como “A Cooperação Inter-Bibliotecas” e “A Democracia e a Leitura Pública” assinalaram o dia da celebração, estando as comunicações a cargo de personalidades de relevo da vida política e cultural do país e ainda do presidente da Cooperação Francesa Inter-Bibliotecas, M. Cecil Guitart. O debate animado que se seguiu é ponto de partida para uma reflexão fundamental sobre questões tão essenciais à democracia como a promoção da cultura e da liberdade de pensamento através do acesso livre a todos os suportes de informação. As várias perspectivas, oriundas dos diversos quadrantes políticos dos intervenientes neste colóquio são bem exemplo do espírito livre e inquieto que rege as bibliotecas, enquanto agentes privilegiados da sociedade democrática.



COLÓQUIO COMEMORATIVO DO 75.º ANIVERSÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL

No âmbito destas comemorações, um outro colóquio, com a presença de dois especialistas em leitura pública, debruçou-se sobre a relação entre as bibliotecas de leitura pública e o desenvolvimento regional e local, na convicção de que aquelas são hoje centros cujas características de informação e lazer as potenciam como agentes fundamentais do desenvolvimento cultural de cada região.

São os textos das comunicações apresentadas a esses dois colóquios comemorativos dos 75 anos de vida atribulada de uma biblioteca que, nos seus avanços e recuos, nunca deixou de acompanhar o ritmo do século, que finalmente publicamos neste dossier. Motivos para reflexão, para discussão, para pura informação, tais comunicações são um contributo essencial ao debate sobre um tema candente da actual sociedade portuguesa. É pois com orgulho que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, através do Boletim editado pelo seu Departamento de Cultura, os dá à estampa ⁽¹³⁾.

Possa a Biblioteca Municipal, cujo novo edifício deverá ser inaugurado em 1992, ser um espelho vivo das premissas que aqui são veiculadas e assumir-se em plenitude como um verdadeiro motor de desenvolvimento cultural das populações locais. Para isso trabalham todos os que a ela quotidianamente se dedicam com profissionalismo, empenho e amor pela leitura. Com esse espírito a criaram os homens de 1910 e a ela está inelutavelmente ligado o seu destino.

(13) O carácter verbal das comunicações apresentadas pelos Drs. Coimbra Martins e Villaverde Cabral não permitiram a sua publicação. Os respectivos textos nunca foram enviados, apesar de solicitados.

O PORVIR

SEMANARIO REPUBLICANO

ASSIGNATURAS

Indiv.	1\$50
Trimestre	4\$50
Semestre	8\$50
Anual	16\$00
Vigilância do Centro Democrático Republicano	

Director e redactor politico—Souza Fernandes

EDITOR E ADMINISTRADOR—MANOEL PINTO DE SOUZA

Redacção—RUA ADRIANO

Administração—RUA 5 DOUTOR

ANNUNCIOS

Judiciaes por linha	10 cts
Commerciaes	Preço convencional
Comunicados—linha	40 cts
Imposto do sello	10 cts
Tipographia MENEZES—FAMALICÃO	

Regulamento da Bibliotheca Municipal de Villa Nova de Famalicao, approved em sessão da Camara de 27 de Setembro de 1913

Artigo 1.º—A Bibliotheca Municipal de Famalicao, creta la por virtude do decreto de 18 de março de 1911, tem a honra de alocar a locação de livros, em branco, conforme lo . . . em sessão Camararia de 27 de novembro de 1912, tendo sede a divisão dos Paços do Concelho, onde presentemente se acha installada.

Art. 2.º—Creada no proposito de dissimular a instrução publica por meio da leitura de livros de reconhecida utilidade, a Bibliotheca Municipal de Famalicao tem todo o caracter publico, ao publico sendo franqueada todos os dias durante as horas estabelecidas por este regulamento.

Art. 3.º—Nos dias uteis a Bibliotheca está aberta:—de 1 de abril a 30 de setembro, desde as 10 às 22 horas; de 1 de outubro a 31 de março, desde as 19 às 21. Fora deste horario está tambem franqueada a quaesquer visitantes ou consultantes todos estes dias, desde as 10 às 16 horas, com a differença de nestas horas o ingresso ser feito pela porta que dá para o interior dos Paços do Concelho, que só se abrirá em virtude da requisição prévia feita ao sr. bibliothecario.

§ 1.º—Aos domingos o horario da noite é o mes no de todos os dias uteis, sendo o diurno das 10 às 12 horas, com servidão para a porta exterior.

2.º—Nos dias considerados de feriado nacional a Bibliotheca não abre as suas portas.

Art. 4.º—Durante as horas da frequencia estabelecidas para abertura da Bibliotheca com servidão pela sua entrada exterior, a todas as pessoas é livre a entrada desde que se apresentem calças e decentemente vestidas, sendo-lhes franqueados os catalogos para por elles pedir os livros que desejem ler ou simplesmente consultar, o que podem fazer durante todo o tempo que a Bibliotheca esteja aberta, occupando para este fim as mezas e cadeiras do recinto.

Art. 5.º—No respectivo livro de leitores e consultantes diários será inscripto pelo bibliothecario o nome destes e as obras que pedirem, designadas estas apenas pelo numero do registro da entrada.

Art. 6.º—O fornecimento de livros para fóra da Bibliotheca é apenas permitido nas condições seguintes:

§ 1.º—Não são franqueadas para este fim as obras que nos catalogos estejam com a nota não sabe;

§ 2.º—Não se fornecem livros senão aos muncipes deste concelho;

3.º—Só se fornece um volume de cada vez;

4.º—Não se dá mais de 15 dias para a leitura de cada livro;

5.º—Não se fornece livro algum senão mediante a caução de \$50 centavos para obras de um tomo só ou de tantos \$50 centavos quantos sejam os tomos de que se compoem a obra;

6.º—Trasido o livro e verificado pelo bibliothecario que não foi danificado, por esta caução ser levantada ou continuada em garantia da entrega de novas obras.

7.º—Sempre que o requisitante de livros seja desconfiado da bibliotheca, tem o direito a exigir um atestado edoneo da identidade e residência daquelle neste concelho.

(Continúa)

Bibliotheca Municipal

Começamos hoje a publicar alfabeticamente o nome de todos os benemeritos que pela offerta de livros collaboraram na Bibliotheca Municipal, ja inaugurada e franqueada ao publico. (1)

Daremos seguidamente a lista dos subscriptores em dinheiro; por agora a nossa publicação refere-se apenas aos offerentes de livros, com o numero de volumes que cada um offereceu.

Vejamos, pois:

Alino José Marques	20
Alberto Pimentel, publicista	19
Alfredo Carneiro Brandão	12
Alvaro Ferreira Torres	1
Alfredo Rodrigues da Costa	30
Alvaro Ribeiro da Costa	9
Antão Gomes Ferrera da Costa	9
Americo de Castro (Dr.)	4
Antonio Cardoso de Meudança	2
Antonio Dias-Costa	4
Antonio Maria Teixeira de Mello	4
Antonio Angelo Pintor da Gama	26
Antonio José de Azevedo	1
Antonio da Rocha Carvalho	1
Antonio d'Araujo Costa	37
Antonio José dos Santos Terreiro	30
Antonio Maria Pereira	6
Antonio Mendes da Costa Marques	11
Antonio Luiz Michal, Guimarães (Dr.)	2
Antonio Jose de Sousa Cristiano	30
Antonio Gonçalves Pinto Junior	13
Antonio Gonçalves da Cruz	4
Antônio Amílcar de Sousa Fernandes	11
Augusto Mendes Barata (Dr.)	39
Angusto Pinto da Trindade	1
Bibliotheca Municipal do Porto	24
Bernardino Antonio dos Santos	1
Bernardino Machado (Dr.)	11
Bento Carqueja	6
Bernardino Alves de Moraes (Dr.)	21
Catullo Rodrigues de Freitas	10
Castello de Castro Guimarães	11
Delim José Pinto de Carvalho (Dr.)	2

Daniel Augusto dos Santos	28
Daniel Rodrigues (Dr.)	35
Luiz de Menezes	12
Domingos Pereira da Costa (do Rio)	20
Domingos Lopes Alves da Silva	34

(1) Esta relação abrange apenas os offerentes anteriores á inauguração.

APPELO

A Camara Municipal de Famalicao, tendo franqueado ao publico a sua bibliotheca, officialmente inaugurada no dia 5 do corrente, resolveu pedir ás empresas jornalisticas do paiz a offerta dos seus jornaes a este novo centro de instrução e leitura, começando por fazer este apello ás administrações de publicações locais.

Famalicao, 9 de Outubro de 1913.

O presidente da camara, Souza Fernandes.